

É a saúde pública que está em risco!

A qualidade alimentar e a segurança da carne animal correm sérios riscos. O alerta parte do Sindicato dos Médicos Veterinários, que garante estar no limiar a autonomização das actividades de inspeção higieno-sanitárias nos matadouros, até agora dependentes da Direcção-Geral de Veterinária

ISABEL GUERREIRO

A inspeção higieno-sanitária nos matadouros e salas de desmancha e desossa, sob alçada da Direcção-Geral de Veterinária (DGV), poderá ser autonomizada, com graves consequências para a garantia da qualidade alimentar e riscos para a saúde pública.

Pelo menos é o que conclui o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários (SNMV), depois de analisar a atuação do Governo nos últimos meses.

São cerca de 200, os médicos veterinários contratados pelo Estado que têm a responsabilidade de garantir a higieno pública veterinária, quer nos matadouros quer nas salas de desmancha e desossa operadas pelo País. E ao longo dos últimos meses têm sido dados sinais de que está na força a ideia de criação de um organismo autónomo, independente da DGV, ou a entrega das inspeções a uma entidade «privada». Desde os cortes e restrições financeiras que estão a ser aplicados, particularmente na área da inspeção sanitária, até à forma como estão a ser organizados os recursos, tudo parece indicar nessa direcção.

Outro episódio observado pelo SNMV vai no mesmo sentido. Recentemente foi escolhida para integrar o cargo de sub-direcutora da DGV, uma funcionária com perfil jurídico, quando era suposto que tivesse formação na área do gestão financeira.

«Temos receios fundados de que a autonomização dos serviços vá a concretizar-se, e se assim acontecer, os riscos de prevalência alimentar proporcionalmente à crise e às dificuldades do sector, lamenta **Edmundo Pires**, presidente do SNMV.

Conflitos de interesses

No entanto, o dirigente diz que a privatização total será a menos provável, já que as entidades que se propõem para realizar as inspeções higieno-sanitárias, seriam de contar com dois factores limitantes a actividade não é taxável, além de ser suportada por retas e não por impostos. E são estas taxas que servem para custear as actividades de inspeção, assim como as remunerações e formação profissional do pessoal veterinário.

Também as grandes associações ligadas ao sector avícola, suínico



«A inspeção higieno-sanitária nos matadouros continua a ser uma salvaguarda para a saúde pública mas também para a saúde animal

ou de ruminantes não parecem estar interessadas em assumir a responsabilidade de uma actividade que não gera lucro. «Podendo pôr em causa o interesse directo da produção com eventuais resultados negativos da inspeção sanitária e gerando conflito de interesses insuperáveis», explica.

Se este cenário se concretizar, as associações poderão «ser júris em causa própria». Situação que segundo **Edmundo Pires**, levava o SNMV a denunciar todas as actuações menos claras e pouco transparentes.

«Qualquer ideia de privatização desta actividade é errada, quer do ponto de vista da preservação da saúde pública quer por representar

um risco económico, já que não reativável nem tem os acessórios próprios aos abates», sublinha ao recordar que a maior parte dos abates são realizados em Espanha por serem menos dispendiosos.

Os médicos veterinários consideram ainda que a independência da actividade higieno-sanitária nos matadouros tem de ser assegurada essencialmente através de duas formas: financiamento e com eficiência organizativa dos recursos técnicos e humanos.

«E se não existirem meios humanos, materiais ou laboratoriais eficazmente organizados, muito dificilmente a saúde pública estará salvaguardada», garante **Edmundo Pires**.

Recorda-se que há casos de tuberculose, por exemplo, que só podem ser detectados «post-mortem», além de haver e risco de outras doenças transmissíveis ao Homem por ingestão, que vão desde as salmonelas a outras patologias como a campylobacterias, que aos EUA provoca em média 7 mil mortes por ano.

«O agente inspector ou auxiliar sanitário tem de ter uma remuneração adequada e que comporte todos os esforços necessários. É preciso não esquecer que são actividades que se exercem à noite, em dias de descanso semanal, em feriados e em condições de insubordabilidade, risco e perigosidades muito particular, refere.

Na legislação do decreto regulamentar de 76/2007 do Ministério do Trabalho e Segurança Social constam as doenças profissionais que podem estar relacionadas com actividades dos médicos veterinários e funcio-

Doenças Profissionais

Algumas das patologias de trabalhos executados em matadouros, estábulos, aviários, canis, hospitais veterinários, laboratórios biológicos, talhos, entre outros que envolvem contactos com animais:

- Brucelose farnas, antrax, formas sub-agudas e focalizadas, e formas crónicas;
- Tuberculose cutânea e/ou sub-cutânea, sinovite, Osteoartrite, tuberculose pleural, tuberculose pulmonar, tuberculose renal, tuberculose ganglionar, meningite;
- Dematiófilos cutâneos da barba, do couro cabeludo e das unhas;
- Cisteide albicans e outros espécies do mesmo género potencialmente patogénicas;
- Candidíase cutânea, peri-oníquia crónica, interstício interdigital, Paroníquia e onicomicose dos dedos e mãos;
- Paroníquia e onicomicose dos dedos e mãos;
- Flatulose e endemia malignas, carbúnculo gastrointestinal, carbúnculo pulmonar;
- Todas as formas clínicas de pasteurilose;

rios que trabalham nos matadouros. (Ver Caixa 1)

«Política tem de ser de prevenção»

A situação precária dos médicos veterinários que prestam serviço à Administração Pública tem sido fortemente criticada pelo SNMV. E por outro lado, «investimento actual nos actividades das inspeções sanitárias previam que a ideia é transferir as acções para outras entidades», suscita **Edmundo Pires**, à semelhança do que aconteceu no Reino Unido, onde existe o único sistema privado de inspeção sanitária da União Europeia. «Curiosamente, no seu Reino Unido onde foram detectados vários episódios de febre aftosa, precisamente porque o seu sistema era muito dividido ao não ter uma estrutura estável de suporte», acrescenta. «A inspeção higieno-sanitária nos matadouros continua a ser uma salvaguarda para a saúde pública mas também para a saúde animal. É uma espécie de filtro onde é possível detectar por amostragem nos abates, qual a situação sanitária do País em termos de patologias animais», sustenta o presidente do SNMV.

Para **Edmundo Pires** «muita é demais recordar que a política tem de ser de prevenção, e para prevenir é preciso meios humanos e técnicos em número suficiente que previnam situações de risco e de crises.

Resposta do Ministério da Agricultura

«O DIABO» Contactou o gabinete do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, sobre as suspeitas de subversão das médias veterinárias inspeções. A resposta é transcrita a seguir:

«As actividades higieno-sanitárias veterinárias desenvolvidas a que se refere a pergunta, deram origem aos actos de «inspeção sanitária» praticados pelos «veterinários oficiais» e pelos «auxiliares oficiais» nos estabelecimentos onde se processa no abate dos animais de produção e a respectiva conservação em carne. Trata-se de uma actividade e de procedimentos cujo exercício terá de ser sempre coordenado pela autoridade sanitária veterinária nas condições em que o Regulamento (CE) nº 854/2004 de 2004, que «estabelece as regras específicas do organização dos controlos oficiais dos produtos de origem animal destinados ao consumo humano» determina, no seu artigo 5º, o modo como as autoridades oficiais devem proceder para garantir o controle oficial da produção de carnes frescas.

Tendo por base as disposições deste Regulamento do Parlamento Europeu e da Comissão, a DGV procedeu recentemente, no início de 2007, a diversos ajustamentos orgânicos, que estão planeados no Dec. Regulamentar (CE) nº 27 de Fevereiro. A missão da DGV e as respectivas actividades, estabelecidas no artigo 2º, deste diploma, estão, na área c) do ponto 2, que a DGV cabe «assegurar... o controlo e certificação sanitária de

produtos de origem animal», — na alínea d) «atribuir e verificar as condições de manufatura das marcas de saúde», e verificar os estabelecimentos, e das operações de produtos de origem animal».

Por sua vez a Portaria nº 219-F/2007 de 28 de Fevereiro, estabelece no seu artigo 7º as atribuições da Direcção de Serviços de Higieno Pública Veterinária; estrutura à qual estão alocadas as tarefas de coordenação dos serviços de «inspeção higieno-sanitária dos produtos frescos de origem animal».

As actividades de inspeção sanitária dos animais de criação nos matadouros são exercidas por Veterinários oficiais e Auxiliares oficiais, cujos postos de trabalho estão preenchidos por técnicos dos Serviços Veterinários das cinco Regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). Pelo desempenho destas tarefas, os serviços veterinários cobram taxas que são iguais (bem mesmo valor mínimo) em todos os Países da União Europeia».

Conclui, **Edmundo Pires** respondendo que «tudo imputo no artigo 2º regulamentar, que a autoridade competente delega, sob condições regularmente e necessariamente autorizadas, em outra entidade de natureza pública ou privada a execução dos, ou de alguns actos inspectivos, desde que se trate de pessoal devidamente habilitado», definindo como veterinário oficial, quer veterinário dos Serviços Oficiais, quer qualquer outro veterinário, por aqueles serviços designados como habilitados».